

CICLO ORÇAMENTÁRIO POLÍTICO: UMA ANÁLISE NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Gilberto Crispim¹
Leonardo Flach²
Luiz Alberton³
Celma Duque Ferreira⁴

Resumo

Objetivo: o estudo investiga o comportamento das despesas empenhadas, gastos com investimento e captação de empréstimo em período eleitoral nos municípios brasileiros com população igual ou superior a 50 mil habitantes, bem como, se esses mesmos municípios cumprem as exigências legais a respeito da fonte e limite de recursos orçamentários em ano de eleição, conforme preconiza a Lei nº 11.300/06, no período de 2000-2016.

Método: A amostra da pesquisa representa 66% da população brasileira. O método aplicado para análise dos dados foi regressão *tobit* em dados em painel, agrupados por municípios, correspondentes a 353 municípios, 5 regiões e 6001 observações.

Resultados: Os achados indicam que não há mudanças das despesas empenhadas antes, durante e após o período eleitoral, independente de igualdades partidárias e eleição em dois turnos. Já no que tange aos gastos com investimentos e captação de empréstimos em período eleitoral, o estudo sugere aumento médio em 9% e 68% respectivamente, com maior intensidade quando há igualdade partidária entre governos municipais e estaduais, principalmente em processo de reeleição. Quanto ao cumprimento das exigências legais sobre uso de recursos orçamentários em ano eleitoral, o estudo indica que os governos locais não cumprem as instruções normativas vigentes.

Contribuições: Considerando que não há consenso na literatura especializada sobre o comportamento dos gastos públicos, este estudo contribui para a literatura e futuras pesquisas porquê inova por meio de método estatístico robusto e eficaz, a evidenciação do comportamento dos gastos nos governos locais em período eleitoral.

Palavras-chave: Despesa pública; COP; Período eleitoral; Painel de dados

¹ crispim.silva@uol.com.br. Universidade Federal de Goiás, Goiânia-GO. Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-3177-7897>

² leonardo.flach@gmail.com. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC. Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-4316-0704>

³ luiz.alberton@ufsc.br. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC. Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-9611-3859>

⁴ celmaduke@hotmail.com. Universidade Federal de Goiás, Goiânia-GO. Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-6112-1821>

DOI: <http://dx.doi.org/10.14392/asaa.2021140104>

Artigo submetido em: 01/04/2019. Revisões requeridas em: 05/12/2020. Aceito em: 20/05/2021.

INTRODUÇÃO

Estudos demonstram elementos determinantes sobre o Ciclo Orçamentário Político (COP) em período eleitoral nos governos locais (Mendes, 2004; Sakurai & Menezes Filho, 2008). Estes elementos estão presentes numa maior homogeneidade nas estruturas de governos, nos instrumentos de políticas sociais e nas uniformidades de regras eleitorais (Sakurai & Menezes Filho, 2011). Estes elementos são mais perceptíveis em países em desenvolvimento com regime democrático jovem, porque estão mais propensos a manipulação de políticas fiscais com viés eleitoral, tais como gastos com investimento e infraestrutura (Brender & Drazen, 2005). Provavelmente, por serem mais flexíveis em manobras fiscais por gestores públicos (Shi & Svensson, 2006).

Outros estudos sugerem que o ambiente econômico e político em países em desenvolvimento é constituído por instituições e órgãos governamentais fracos, com comportamento oportunista, clientelismo e amiguismo (Pelagidis & Mitsopoulos, 2009). Motivado por essa alusão, Chortareas et al. (2016) analisaram o impacto das despesas em período eleitoral em municípios da Grécia, por meio das variáveis despesa total, empréstimo, investimento, PIB per capita, desemprego e ideologia política, e concluíram aumento de gastos em período eleitoral, independente do governo local estar ou não concorrendo a reeleição.

Ponderando sobre a falta de consenso na literatura especializada sobre o comportamento dos gastos públicos em período eleitoral, em que o governos perdem votos em período eleitoral quando os mesmos aumentam despesa (Nordhaus, 1975; MacRae, 1977), há aumento nas contas de transferência de recursos entre governos do mesmo partido, e aumento de impostos em período eleitoral (Tuftte, 1978; Blais & Nadeau, 1992; Galli & Rossi, 2002; Aklmedov & Zhuravskaya, 2004), não há impacto relevante nas despesas em período de eleição (Mendes, 2004; Sakurai, 2009; Sakurai & Menezes Filho, 2008), e as despesas em período eleitoral crescem significativamente (Guo, 2009; Conraria et al., 2013; Goeminne & Smolders, 2013; Gregor, 2016; Garmann, 2017; Corvalan et al., 2018; Pierskalla & Sacks, 2018), este estudo investiga se há influência positiva ou negativa nas despesas orçamentárias em período de eleição nos governos locais brasileiro, e se esses mesmos governos cumprem as normas vigentes (Lei n. 11.300, 2006) em relação ao uso de recursos orçamentário em campanhas eleitorais, no período de 2000 a 2016.

Para isso, estabeleceu-se como objeto de estudo as variáveis: (i) despesas empenhadas; (ii) restos a pagar processados (iii); restos a pagar não processados; (iv) receita própria; (v) receitas recebidas por transferência; (vi) empréstimos financeiros; (vii) gastos com investimento; (viii) superávit; (ix) déficit; (x) produto interno bruto municipal (PIBM); (xi) índice de desenvolvimento municipal (IDHM); (xii) índice de desenvolvimento humano educacional (IDHME); (xiii) turno eleitoral; (xiv) eleição; (xv) reeleição; e (xvi) partido político.

Nesse sentido, este estudo se justifica porque (i) contribui no avanço de estudos anteriores ao longo de seis décadas (Downs, 1957; Key Jr, 1966; Nordhaus, 1975; MacRae, 1977; Tuftte, 1978; Peltzman, 1992; Blais & Nadeau, 1992; Galli & Rossi, 2002; Brender, 2003; Mendes, 2004; Sakurai, 2009; Brender & Drazen, 2005; Aklmedov & Zhuravskaya, 2004; Shi & Svensson, 2006; Brender & Drazen, 2008; Drazen & Eslava, 2010; Nakaguma & Brender, 2010; Sakurai & Menezes Filho, 2008 e 2011; Sjahir et al. 2013; Aidt & Mooney, 2014; Balaguer Coll et al., 2015; Chortareas et al., 2016); (ii) utiliza método estatístico pouco aplicado em estudos sobre o tema proposto; (iii) proporciona discussão sobre análise das receitas em relação as despesas em período eleitoral, até então pouco observado e discutido na literatura; e por fim, (iv) seus resultados podem contribuir no entendimento das práticas realizadas pelos governos locais em período eleitoral, para os usuários da informação, pesquisadores e sociedade.

2 ASPECTOS LEGAIS, ESTUDOS EMPÍRICOS SOBRE COP E CONSTRUÇÃO DE HIPÓTESES

A Lei Complementar n. 101 (LC n. 101, 2000) visa o equilíbrio das contas pública, o ajuste fiscal permanente, o controle do endividamento, a transparência e controle social. Assim como protege e pune o gestor público em relação a manipulação dos recursos orçamentários, se não para fins de benefícios a sociedade ().

A referida LC estabelece também regras sobre gastos para o último ano de mandato de governo, tais como, gasto com pessoal, despesas que excedam o exercício corrente, contratação de operação de crédito, endividamento e transferências voluntárias de recursos, bem como controle do patrimônio público (Fernandes & Bezerra Filho, 2016). A Lei n. 11.300 (2006) dá maior amplitude a LC n. 101 ao proibir permanentemente o uso de recursos orçamentários para fins de quitação de gastos eleitorais, que não provenham de conta específica do partido político eleitoral, sob pena de desaprovação da prestação de contas do candidato. E se comprovado abuso de poder econômico, a lei prevê o cancelamento do registro da candidatura ou a cassação do diploma outorgado em razão do resultado eleitoral.

Face ao exposto, espera-se que o político em exercício do cargo, gere COP maior e eficaz. Embora tenha havido progresso na imputação de penas administrativas e penais ao gestor público pelo mau uso dos recursos orçamentários, é possível que governos ainda continuem a praticar ações midiáticas com recursos orçamentários para obter votos em período de eleição, e assim, se reeleger (Capovilla et al., 2018).

Alesina et al. (1997) oferecem argumentos para a existência de COPs oportunistas nas eleições nacionais e locais, em países em desenvolvimento. Brender (2003), Brender e Drazen (2008), sugerem que os déficits eleitorais em democracias antigas reduzem as chances de reeleição, e em democracias jovens é indiferente. E eleitores em países desenvolvidos são antagônicos à produção de déficits fiscais e aumento de despesas em ano de eleição (Nakaguma & Brender, 2010).

Vasconcelos et al (2013) comentam que a aplicação de mecanismos de controle inibe ações inadequadas no uso dos recursos orçamentários em ano eleitoral. Diante do exposto, Silva et al. (2018) afirmam existir sistemas de controles eficientes passíveis de aplicação pelos gestores públicos e órgãos fiscalizadores, mas as práticas efetivas limitam-se as inquirições da legalidade. Todavia, os resultados desta pesquisa podem ser utilizados como parâmetros de controle no combate ao comportamento oportunista, clientelismo e amiguismo, sugerido por Pelagidis e Mitsopoulos (2009).

2.1 Ciclo Orçamentário Político (COP)

Compreende orçamentos sucessivos que se repetem ao longo do tempo e se realimentam a cada novo ciclo. Esse processo, desde a sua origem, tem sido entendido como instrumento político, por estabelecer parâmetros para a cobrança de tributos e fixação de limites para realização de gastos públicos - dotação orçamentária, como também definir responsabilidades políticas.

Apesar de Kalescki (1943) prever COP presente no futuro regime econômico das democracias capitalistas, foi Downs (1957) que por meio de sua obra *Economic Theory of Democracy*, desenvolveu a Teoria Econômica Política, que entre outras competências, explica o comportamento dos candidatos no poder agirem racionalmente na manutenção de sua continuidade e exposição do seu desempenho

político em período eleitoral. Nesse entendimento, Corvalan et al. (2018) afirmam que esses candidatos, também, procuram influenciar o resultado de uma eleição distribuindo recursos e favores aos eleitores.

Key Jr. (1966) sugere que a decisão de voto do eleitor está fundamentada em informações recentes sobre o comportamento atual do candidato e nos índices de performance econômica. Nordhaus (1975) ratifica as afirmações propostas por Downs (1957) e Key Jr. (1966) ao sugerir que os eleitores têm expectativas futuras adaptáveis, e decisão de voto balizada em análise presente.

MacRae (1977), objetivando expandir os resultados sugeridos por Nordhaus (1975), investigou a estratégia do eleitor americano na escolha do voto para presidente, no período de 1957-1972, e constatou que o governo no poder perde voto drasticamente quando aumenta as despesas em período eleitoral. Este resultado, contrapõe os achados apresentados por Nordhaus (1975).

Com o propósito em avançar os estudos de MacRae (1977), Tufte (1978), investiga o comportamento das despesas em período eleitoral em 27 países democráticos no período de 1961-1972, por meio das variáveis transferência entre governos e aumento dos impostos, e concluiu haver oscilações positivas em período eleitoral nesses governos. Resultados similares são encontrados nos estudos de Blais e Nadeau (1992), Galli e Rossi (2002), Akhmedov e Zhuravskaya (2004).

Mendes (2004), Sakurai (2009) e Sakurai e Menezes Filho (2008), investigaram alguns municípios brasileiros com a finalidade de comparar os resultados apresentados pelos autores ora citados, e concluíram não haver impacto positivo nas despesas em ano eleitoral. Barreto (2009) avança estes estudos ao investigar e concluir que 70% dos municípios brasileiros com população superior a 200 mil habitantes reelegem seus governos independentemente de resultados fiscais serem positivos ou negativos em período eleitoral. Contrapondo Barreto (2009), Lee et al., (2008) afirma que apenas 40% dos candidatos à reeleição alcançam o objetivo desejado, e isso só é possível porque a máquina pública está a sua disposição para uso em campanha eleitoral.

Desde a década de 90, Peltzman (1992) é enfático ao afirmar que gastos em vésperas de campanha eleitoral, está associado a políticas ineficientes e oportunistas. Mais recentemente, por meio de estudos empíricos realizados em municípios de países da Europa Central, Sul e Sudeste da Ásia, Chile, China, Estados Unidos e Austrália, indicam que as despesas públicas em período eleitoral sofrem aumentos expressivos (Guo, 2009; Conraria et al., 2013; Goeminne & Smolders, 2013; Gregor, 2016; Garmann, 2017; Corvalan et al., 2018; Pierskalla & Sacks, 2018).

Com base nos estudos ora apresentados, resultantes de pesquisa realizada em literatura nacional e internacional especializada na área pública, por meio da técnica *ProKnow-C* (busca por palavras-chaves), nos bancos de dados *Web of Science*, *Google acadêmico*, *Scopus* e *Spell*, foi possível identificar ausência de consenso sobre o tema em questão, o que caracteriza lacuna de pesquisa. É nesse propósito que este estudo amplia e avança os estudos anteriores. Dessa forma, quiçá os resultados desta pesquisa contribuam no consenso literário. Muito embora, é evidente que o COP em período eleitoral no Brasil diverge de outros países.

2. 2 Construção das Hipóteses de Pesquisa

Amparada nas discussões apresentadas, e com a finalidade em fomentar discussões literárias sobre as divergências apontadas pelos autores citados, foram construídas quatro hipóteses de pesquisa. Na primeira hipótese, espera-se que o ano eleitoral tenha efeito positivo sobre as despesas empenhadas nos ciclos eleitorais propostos (2000-2016), uma vez que Vergne (2009), usando amostras de alguns países, encontra evidências que a despesa pública em período eleitoral muda para gastos mais visíveis ao eleitor.

H₁: as despesas empenhadas nos governos municipais brasileiros apresentam alterações positivas em ano de eleição.

Estudos com foco na análise de governos locais (Aidt & Mooney, 2014; Akhmedov & Zhuravskaya, 2004; Drazen & Eslava, 2010; Galli & Rossi, 2002) identificaram redução no saldo orçamentário e aumento nos gastos com investimento na saúde, educação e construção de estradas em períodos eleitorais. Espera-se que os gastos com investimento apresentem mudanças positivas em ano de eleição. Nesse entendimento, surge a segunda hipótese de pesquisa:

H₂: os gastos com investimento sofrem mudanças positivas em períodos eleitorais nos governos locais brasileiros.

Aidt e Mooney (2014) investigaram o COP em 28 cidades da Inglaterra e observaram que a obtenção de empréstimo para projetos de grande escala em ano eleitoral cresceu em média 79%, ou seja, passou de £ 0,52 para £ 0,93 per capita. E que esses projetos, de grande abrangência midiática e visual ao eleitor, têm como alvo a obtenção de votos. Nessa propositura, nasce a terceira hipótese de pesquisa:

H₃: a obtenção de empréstimo financeiro aumenta em período de eleição nos governos municipais brasileiros.

Devido a imputação de pena sobre crime de responsabilidade fiscal e outras inculpações jurídicas, aos governos e gestores que descumprir as orientações sobre a execução de gastos orçamentários em período eleitoral, tais como despesas corrente, operação de crédito e transferência voluntária, (LC n. 101, 2000; Lei 11.300, 2006). Estudos nacionais e internacionais (Ansolabehere et al., 2002; Arretche & Rodden, 2004; Cheibub et al., 2009; Amorim e Simonassi (2013), Kauchakje, 2017; Deda & Kauchakje, 2019) oferecem evidências pujantes sobre desequilíbrios fiscais em período de eleição ao investigar alocação de recursos advindo de fundos eleitorais partidárias por candidatos à reeleição em governos centrais. Samuels e Snyder (2004), sugerem que alguns países da América Latina, tais como, Brasil, Bolívia e Argentina, realizam despesas que sobrepõem as limitações legais eleitorais e os recursos que advêm de fundos eleitorais do poder legislativo. Diante o exposto formula-se a quarta e última hipótese de pesquisa:

H₄: Os governos municipais brasileiros cumprem as normas legais referente ao uso de recursos orçamentários em período eleitoral.

Com essa hipótese, se espera que as despesas com pessoal, obtenção de empréstimo, construção de endividamento e transferência voluntária de recursos não cresçam em período eleitoral nos municípios brasileiros.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Nesta pesquisa utilizou-se um conjunto de dados sobre aspectos financeiros, econômicos e sociais no período de 2000 a 2016, com a finalidade de verificar ocorrências positivas ou negativas nas despesas empenhadas, gastos com investimento e obtenção de empréstimos em período eleitoral nos municípios brasileiros com população igual ou superior a 50 mil habitantes. Bem como o cumprimento legal sobre o uso de recursos orçamentários definido pela Lei n. 11.300(2006). Para isso, buscou-se nos bancos de dados do Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico (IBGE), Supremo Tribunal Eleitoral (STE) e Secretaria do Tesouro Nacional (STN) informações necessárias para a realização deste estudo.

No IBGE, as informações sobre as variáveis população, PIB, IDHM e IDHME. No STE, turno eleitoral, eleição, reeleição, partido político do governo local e estadual, ano de eleição. No STN, especificamente nas Finanças do Brasil (FINBRA) e no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público

Brasileiro (SICONFI), despesas empenhadas, gastos com investimento, empréstimos financeiros, restos a pagar processados e não processados, receita própria e por transferência, resultado do superávit e déficit, conforme descrito na Tabela 1.

Tabela 1 – Distribuição das empresas que aderiram ao PERT

Variáveis	Dependente	Independente	Descrição
LnDemp	x		Despesas Empenhadas
LnInv	x		Gastos com investimentos
LnEmrst	x		Empréstimos financeiros
LnPop		x	População
Lnrrnp		x	Restos a pagar não processados
LnRpp		x	Resto a pagar processados
LnRecProp		x	Receitas próprias
LnRecUni		x	Receitas transferidas pela União
LnRecEst		x	Receitas transferidas pelo Estado
LnSup		x	Superávit
LnDef		x	Déficit
LnPib		x	PIBM – Produto Interno Bruto Municipal
Idhm		x	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
Idhme		x	Índice de Desenv*. Humano Municipal Educacional
Turn		x	Turno Eleitoral
EleRee		x	Eleição / Reeleição
Pgov		x	Partido do Governo Local
AnoElei		x	Ano de eleição

Nota: (*) Desenvolvimento. Fonte: Elaborado pelos autores

A escolha da faixa populacional, está relacionada a probabilidade de maior divulgação das informações sobre a execução orçamentária pelos municípios (Sakurai & Menezes Filho, 2011). Assim, a amostra inicialmente correspondeu a 633 municípios com população igual ou superior a 50 mil habitantes. Entretanto, 280 municípios foram retirados da amostra por não constar informações sobre as variáveis dependentes (despesas empenhadas, gastos com investimento e empréstimo financeiro) em alguns anos do período analisado. Os 353 municípios restantes, amostra válida, foram agrupados em suas respectivas regiões, conforme exposto na Tabela 2. Vale destacar que essa amostra representa 66% da população brasileira, e 6% do total dos municípios.

Tabela 2 - Amostra e população por região geográfica

Região	Amostra			População	
	Qte. Municípios	% / Municípios	Total / População	Qte. Municípios	Habitantes
Norte	18	4%	11.415.743	450	17.296.580
Nordeste	78	4%	37.680.894	1.794	57.092.263
Sudeste	114	7%	57.386.811	1.668	86.949.714
Sul	73	6%	19.565.666	1.191	29.644.948
Centro Oeste	70	15%	10.478.099	467	15.875.907
Total	353	6%	136.527.213	5.570	206.859.412

Fonte: Adaptado de IBGE (2016)

Os dados foram organizados por região, município e ano, e os valores das variáveis, com exceção das Turn, EleRee, Pgov e AnoElei, foram decompostas em logaritmo base 10 (Ln10), cuja finalidade foi padronizar os *inputs* e evitar os *outliers*. Em seguida, foram exportados para o software Stata® versão 15.

O método aplicado para análise dos dados para cada variável dependente foi regressão *tobit* em dados em painel, por possibilitar maior precisão das diferenças existentes em determinado fenômeno entre indivíduos (municípios) em várias *cross-sections* (anos). Além de permitir maior quantidade de informações, maior variabilidade dos dados, menor multicolinearidade entre as variáveis, maior grau de liberdade e maior eficiência quando da estimação de seus parâmetros.

Para identificação do tipo de painel de dados, aplicou-se o comando “*xtset id i*” no software, e se constatou tratar-se de painel de dados fortemente balanceado (*strongly balanced*) para os modelos estimativos de cada variável dependente, representado pelas equações (1), (2) e (3):

$$\begin{aligned} \text{LnDemp}_{it} = & a_1 + b_1 \cdot \text{LnPop}_{it} + b_2 \cdot \text{Lnprnp}_{it} + b_3 \cdot \text{LnRpp}_{it} + b_4 \cdot \text{LnRecProp}_{it} + b_5 \cdot \text{LnRecUni}_{it} + \\ & b_6 \cdot \text{LnRecEst}_{it} + b_7 \cdot \text{LnSup}_{it} + b_8 \cdot \text{LnDef}_{it} + b_9 \cdot \text{LnPibm}_{it} + b_{10} \cdot \text{ldhm}_{it} + b_{11} \cdot \text{ldhme}_{it} + b_{12} \cdot \text{Turn}_{it} \\ & + b_{13} \cdot \text{EleRee}_{it} + b_{14} \cdot \text{Pgov}_{it} + b_{15} \cdot \text{AnoElei}_{it} + (a_1 - a + \varepsilon_{it}) \end{aligned} \quad (1)$$

$$\begin{aligned} \text{LnInv}_{it} = & a_1 + b_1 \cdot \text{AnoElei}_{it} + b_2 \cdot \text{Turn}_{it} + b_3 \cdot \text{EleRee}_{it} + b_4 \cdot \text{Pgov}_{it} + b_5 \cdot \text{Pop}_{it} + b_6 \cdot \text{LnRuni}_{it} + \\ & b_7 \cdot \text{LnRest}_{it} + b_8 \cdot \text{LnPibm}_{it} + b_9 \cdot \text{ldhm}_{it} + b_{10} \cdot \text{ldhme}_{it} + (a_1 - a + \varepsilon_{it}) \end{aligned} \quad (2)$$

$$\begin{aligned} \text{LnEmprst}_{it} = & a_1 + b_1 \cdot \text{AnoElei}_{it} + b_2 \cdot \text{LnInv}_{it} + b_3 \cdot \text{LnRecUni}_{it} + b_4 \cdot \text{LnRecEst}_{it} + b_5 \cdot \text{LnDef}_{it} + \\ & b_6 \cdot \text{ldhm}_{it} + b_7 \cdot \text{ldhme}_{it} + b_8 \cdot \text{Turn}_{it} + b_9 \cdot \text{EleRee}_{it} + b_{10} \cdot \text{Pgov}_{it} + b_{11} \cdot \text{Pop}_{it} + (a_1 - a + \varepsilon_{it}) \end{aligned} \quad (3)$$

Por meio da análise dos estimadores (equações 1 a 3), com seus respectivos erros-padrão, foi aplicada a técnica de comparação entre estimação POLS - efeitos between, efeito fixo, efeito fixo robusto, efeito aleatório e efeito aleatório robusto, para identificar o grau de confiabilidade dos resultados.

Logo após os testes LM (*Lagrange multiplier*) de *Breusch-Pagan*, teste *F* de *Chow*, teste de *Hausman*, e teste robusto de *Hausman*, para identificação de multicolinearidade entre as variáveis (Hoechle, 2007; Cameron & Trivedi, 2009), foram calculados os resultados com base na regressão *tobit* em painel de dados balanceado agrupados por municípios, correspondentes a 353 *clusters* (municípios), 5 regiões e 6001 observações.

Os testes de *Hausman* e *Breusch-Pagan Lagrange*, foram aplicados nos modelos estimativos, também, com o propósito de identificar a melhor significância estatística, uma vez que o primeiro teste investiga se os efeitos individuais a_1 dos indivíduos apresentam correlação estatisticamente igual a zero entre parâmetros por efeito fixo e aleatório; e o segundo, se a variância entre os indivíduos é igual a zero – não apresentar diferenças significativas entre as variáveis. Assim sendo, os resultados dos testes apresentaram $\text{Prob} > \chi^2 = 0.0000$ com significância estatística em 99%.

Vale salientar que o modelo de regressão *Tobit*, proposto por Tobin (1958), que descreve a relação entre uma variável dependente não negativa (y) e uma variável independente (vector), é mais apropriado, completo e robusto para análise de variáveis em decompostas em logaritmo, conforme sugerem Hesketh et al., (2001).

Conhecido os resultados estimativos dos modelos correspondentes a cada variável dependente (ver equações 1 a 3), retirou-se de cada modelo as variáveis que não apresentaram intervalo de confiança a 95%. Em seguida, calculou-se novamente os modelos estimativos, representados pelas equações (4), (5) e (6) para cada variável dependente com suas respectivas variáveis independentes, e constatou-se que:

O modelo estimativo para a variável dependente despesas empenhadas (LnDemp), representado na equação (4), indica que o grau de intervalo de confiança é de 99% ($P > |z| = 0,000$), e o nível de explicação das variáveis independentes em relação a variável dependente é de 77%.

$$\begin{aligned} \text{LnDemp}_{it} = & a + b_1 \cdot \text{LnPop}_{it} + b_2 \cdot \text{Lnprnp}_{it} + b_3 \cdot \text{LnRpp}_{it} + b_4 \cdot \text{LnRecProp}_{it} + b_5 \cdot \text{LnRecUni}_{it} + \\ & b_6 \cdot \text{LnRecEst}_{it} + b_7 \cdot \text{LnSup}_{it} + b_8 \cdot \text{Def}_{it} + b_9 \cdot \text{LnPibm}_{it} + b_{10} \cdot \text{Pgov}_{it} + (a_1 - a + \varepsilon_{it}) \end{aligned} \quad (4)$$

Da mesma forma, para a variável dependente gastos com investimento (LnInv), apresentada na equação (5), indica intervalo de confiança em 99% ($P > |z| = 0,000$), com grau de explicação das variáveis independentes em relação a variável dependente em 78,5%.

$$\text{LnInv}_i = a + b_1 \cdot \text{AnoElei}_i + b_2 \cdot \text{Pop}_i + b_3 \cdot \text{LnRecUni}_i + b_4 \cdot \text{LnRecEst}_i + b_5 \cdot \text{LnPib}_i + (a_i - a + \varepsilon_i) \quad (5)$$

Por fim, o modelo estimativo para a variável dependente empréstimo financeiro (LnEmprst), constante na equação (6), com intervalo de confiança a 99% ($P > |z| = 0,000$), e grau de explicação das variáveis independentes em relação a variável dependente em 84%.

$$\text{LnEmprst}_i = a + b_1 \cdot \text{AnoElei}_i + b_2 \cdot \text{LnInv}_i + b_3 \cdot \text{LnRecEst}_i + b_4 \cdot \text{Idhm}_i + b_5 \cdot \text{EleRee}_i + b_6 \cdot \text{Pgov}_i + b_7 \cdot \text{Pop}_i + (a_i - a + \varepsilon_i) \quad (6)$$

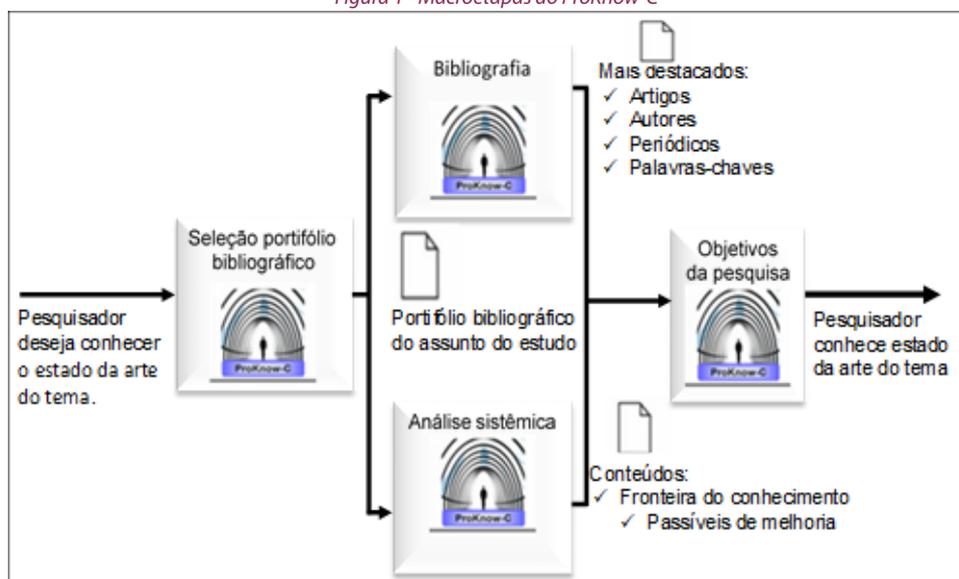
Estes modelos estimativos, agenciados pelas equações (4), (5) e (6), estão expostos nas Tabelas 4, 6 e 8. Já as variáveis retiradas por não apresentarem significância estatística a 95% nos modelos estimativos foram:

Na equação (1), Idhm, Idhme, Turn e AnaElei. Na equação (2), Turn, EleRee, Pgov, Idhm e Idhme. E na equação (3), LnRecUni, LnDef, Idhme e Turn.

Por fim, o método utilizado para identificar nos bancos de dados *Spell*, *Scopus*, *Web of Science* e *Google acadêmico* os estudos realizados sobre o tema na literatura nacional e internacional, foi o *Knowledge Development Process – Constructivist - ProKnow-C* (Ensslin et al., 2012), demonstrado na Figura 1. Esse método é composto por quatro etapas: seleção do portfólio bibliográfico sobre o tema proposto, bibliografia alinhada com o tema proposto, análise sistêmica da bibliografia alinhada e enquadramento com os objetivos da pesquisa.

Desta forma, construiu-se parte do conhecimento indispensável sobre o tema pesquisado, ou seja, um conjunto de artigos que os autores consideraram relevantes e alinhados com o tema desta pesquisa.

Figura 1 - Macroetapas do ProKnow-C



Fonte: Ensslin et al. (2012, p.78)

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados constantes nas Tabelas 3 a 8, parametrizado ao modelo estimativo de regressão *tobit* para dados em painel balanceado (*strongly balanced*), representam os achados deste estudo. Na Tabela 3 consta a análise descritiva das variáveis utilizadas para a estimação do modelo previsto na equação (4).

Tabela 3 - Estatística descritiva das variáveis de regressão tobit com 6001 observações: Equação 4

Variável	Mean	Std. Dev.	Min	Max
LnDemp	8.200.326	.5193469	636.935	1.069.392
LnPop	5.148.502	.3734372	4.700.444	7.078.015
Lnrrnp	5.286.099	2.854.027	0	9.450.322
Lnrrpp	6.594.505	1.353.579	0	9.339.387
LnRecProp	7.810.563	.6444379	5.212.273	10.577.340
LnRecUni	7.658.488	.4937606	0	9.509.854
LnRecEst	7.245.637	1.700.395	0	9.988.602
LnSup	4.879.461	3.214.785	0	9.495.585
LnDef	1.918.701	301.076	0	9.069.956
LnPibm	6.207.958	.6549734	3.395.306	8.798.005
Pgov	.1676387	.3735763	0	1

Nota: Mean = média; Std. Dev. = desvio padrão; Min = valor mínimo; Max = valor máximo. Fonte: Dados da pesquisa

Os dois maiores valores registrados estão nas variáveis LnRecProp e LnRecEst que correspondem ao município São Borja/RS. As receitas por transferências da União e do Estado somam em média 65% da receita total do referido município. Vale ressaltar que essas receitas correspondem aos repasses fracionados dos impostos federais e estaduais, gerados no próprio município. É possível que esse município não consiga se manter financeiramente com recursos próprios caso ocorra atraso nos repasses de recursos federais e estaduais.

Quanto as variáveis com valor zero (Lnrrnp, Lnrrpp, LnRecUni, LnRecEst, LnSup e LnDef), diz respeito ao fato de alguns municípios não apresentarem informações na base de dados do STN e STE. Já os valores máximos das variáveis LnDemp, Lnrrpp e Lnrrnp, também do município São Borja/RS, representam 35,4%, 29,2 % e 29,3% da receita total, respectivamente. Apesar disso, ao comparar a variável LnDemp com a receita própria, a representatividade passa para 106%, ou seja, déficit primário. Além disso, esse município apresenta déficits em alguns anos do período analisado.

Na Tabela 4, consta os resultados do modelo estimativo a 99% de significância estatística e 77% de explicação do comportamento das variáveis independentes em relação a variável dependente.

Tabela 4 - Estimação por efeito tobit com erro-padrão robustos com agrupamento por municípios

$\text{LnDemp} = a + b_1 \text{LnPop} + b_2 \text{LnRnp} + b_3 \text{LnRpp} + b_4 \text{LnRecProp} + b_5 \text{LnRecUni} + b_6 \text{LnRecEst} + b_7 \text{LnSu} \\ p_1 + b_8 \text{LnDef} + b_9 \text{LnPibm} + b_{10} \text{Pgov} + (a_1 - a + \epsilon_i) \rightarrow \text{Equação 4}$						
Random-effect tobit regression			Number of obs =		6001	
Group variable: Mun			Number of groups =		353	
			Obs per group: min =		17	
Random effect u_i ~ Gaussian			avg =		17.0	
Integration method: mvaghermite			max =		17	
			Integration points =		12	
			Wald chi2 (15) =		77.31583	
Log likelihood = 5.884.274			Prob > chi2 =		0.0000	
LnDemp	Coef.	Std. Err.	z	P> z	[95% Conf. Interval]	
LnPop	.2379812	.011092	21.46	0.000	.2162414	.2597211
LnRnp	.0048034	.0005217	9.21	0.000	.0037809	.0058259
LnRpp	.0028183	.0009649	2.92	0.003	.0009272	.0047095
LnRecProp	.5097822	.0049385	103.23	0.000	.500103	.5194615
LnRecUni	.1280234	.0042566	30.08	0.000	.1196806	.1363662
LnRecEst	.0131525	.0007052	18.65	0.000	.0117702	.0145347
LnSup	.0082162	.0020056	4.10	0.000	.0042853	.0121472
LnDef	.0153979	.0020504	7.51	0.000	.0113791	.0194167
LnPibm	.0958164	.0050264	19.06	0.000	.0859649	.1056679
EleRee	-.0144778	.0024554	-5.90	0.000	-.0192902	-.0096654
Pgov	.0117513	.0033032	3.56	0.000	.0052771	.0182254
_cons	1.300.916	.059937	21.70	0.000	1.183.441	141.839
/sigma_u	.0613919	.0027049	22.70	0.000	.0560903	.0666935
/sigma_e	.0848461	.0008009	105.93	0.000	.0832763	.0864159
Rho	.3436379	.0205302			.30435	.3846925

Fonte: Dados da pesquisa

É pertinente destacar que foi considerado erro padrão robusto e agrupamento dos municípios por região para o cálculo dos resultados. Com base na segurança estatística do modelo estimativo proposto (ver equação 4), é possível afirmar que não houve mudança positiva nas despesas empenhadas em ano eleitoral. Como também, o processo de reeleição e igualdade partidária entre governos não apresentou significância estatística.

Assim sendo, pode-se afirmar que o resultado apresentado não confirma a H₁, ou seja, as despesas empenhadas nos governos municipais brasileiros não apresentam alterações positivas em ano de eleição. Esse resultado não confirma os estudos de Galli e Rossi (2002), Akhmedov e Zhuravskaya (2004), Guo (2009), Vergne (2009), Drazen e Eslava (2010), Magalhães e Soares (2013), Goeminne e Smolders (2013), Aidt e Mooney (2014), Conraria e Gregor (2016), Garmann (2017), Corvalan et al (2018), Pierskalla e Sacks (2018).

Ainda, por meio de resultados complementares deste estudo, sugerem os autores que, independente de ano eleitoral, o aumento em uma unidade estatística nas variáveis LnPop, LnRecProp e LnRecUni, reflete positivamente na despesa empenhada (LnDemp) em aproximadamente 24%, 51% e 13% respectivamente, em cada município analisado.

Na Tabela 5, consta a análise descritiva do modelo estimativo apresentado na equação 5. Por meio dessa tabela identifica-se que os municípios São Paulo/SP e Rio de Janeiro/RJ são os que mais recebem receitas de transferências do Estado (LnRecEst) e da União (LnRecUni). Ao que refere a valores mínimos zero, é porque alguns municípios não apresentam informações nas bases de dados do STN, STE e IBGE em alguns anos do período analisado.

Tabela 5 - Estatística descritiva das variáveis de regressão tobit com 6001 observações: Equação 5

Variable	Mean	Std. Dev.	Min	Max
LnInv	6.994.788	.784057	0	9.714.401
AnoElei	.2941176	.4556831	0	1
Pop	261015.6	722702.2	50170	1.21e+07
LnRecUni	7.658.488	.4937606	0	9.509.854
LnRecEst	7.245.637	1.700.395	0	9.988.602
LnPibm	6.207.958	.6549734	3.395.306	8.798.005

Fonte: Dados da pesquisa

Ainda sobre os municípios São Paulo e Rio de Janeiro, as receitas por transferência (Estado e União) representam 48% e 52%, respectivamente, da receita total. Isso expressa que uma fatia significativa da receita total dos municípios está concentrada em impostos federais e estaduais. Isso é consequência do modelo de gestão praticado no Brasil, maior fatia das receitas municipais concentradas na União.

Como informação complementar, este estudo sugere que a receita própria destes municípios não suporta sua despesa total. É possível que esta constatação ratifique a necessidade de os governos locais revisarem a estrutura funcional de sua gestão, como afirmam Silva et al (2018). Já em relação aos recursos para investimento (LnInv), destaca-se o município de Araraquara (SP) como maior investidor no período analisado. Essa ocorrência evidencia que nem sempre os maiores municípios populacionais são os que realizam maiores gastos proporcionais com investimento.

Na Tabela 6 consta o resultado por estimação de efeito tobit da equação (5) para cada variável com erro padrão robusto, agrupado por municípios. Esse modelo apresenta grau de significância estatística em 99%, com explicação de comportamento das variáveis independentes em relação à variável dependente em 78,5%.

Tabela 6 - Estimação por efeito tobit com erro-padrão robustos com agrupamento por municípios

LnInv=a+b ₁ AnoElei+b ₂ Pop+b ₃ LnRecUni+b ₄ LnRecEst+b ₅ LnPibm+(a ₁ -a+ε _i) -> Equação 5						
Random-effects tobit regression			Number of obs = 6001			
Group variable: Munic			Number of groups = 353			
Random effects u _i ~ Gaussian			Obs per group: min = 17			
			avg = 17.0			
			max = 17			
Integration method: mvaghermite			Integration points = 12			
Log likelihood = 5942.6232			Wald chi2(10) = 78.51535			
LnInv	Coef.	Std. Err.	Prob > chi2 = 0.0000	P> z	[95% Conf.]	Interval]
AnoElei	.0936659	.0181967	5.15	0.000	.058001	.1293309
Pop	4.74e-08	1.62e-08	2.93	0.003	1.58e-08	7.91e-08
LnRecUni	.2351563	.0240212	9.79	0.000	.1880757	.2822369
LnRecEst	-.0216743	.0050694	-4.28	0.000	-.0316101	-.0117386
LnPibm	.4819943	.0212436	22.69	0.000	.4403577	.5236309
_cons	224.421	.2345031	9.57	0.000	1.784.592	2.703.827
/sigma_u	.1820785	.0118487	15.37	0.000	.1588554	.2053017
/sigma_e	.6348309	.005974	1	06.27	.623122	.6465398

Fonte: Dados da pesquisa

Estes resultados indicam que os gastos com investimento em períodos eleitorais sofrem impactos positivos, em média 9%. Da mesma forma, quando ocorrem aumento na receita por transferência da União (LnRecUni), em média 23%, e no PIB municipal em média 48%. Esse resultado confirma a H₂, ou

seja, os gastos com investimento sofrem mudança positiva em períodos eleitorais, conforme afirmam Galli e Rossi (2002), Akhmedov e Zhuravskaya (2004), Drazen e Eslava (2010), Aidt e Mooney (2014), Chortareas et al (2016).

Em contrapartida, quando ocorre aumento na receita por transferência estadual (LnRecEst) e no índice de desenvolvimento humano municipal (Idhm), os gastos com investimento diminuem em média 2% e 1%, respectivamente. Essa ocorrência indica que o aumento de uma unidade estatística em LnRecEst, reduz 2% dessa unidade em investimento, e da mesma forma com o Idhm. Isso significa que os governos locais não utilizam o *plus* de receita por transferência estadual para aplicar em investimento em período eleitoral. O crescimento em investimento identificado advém de outras fontes de receita.

Na Tabela 7 está demonstrado a análise descritiva do modelo estimativo representado na equação (6). O município de Barretos (SP) foi o que mais recorreu a empréstimos financeiros em período eleitoral. Esse município, ao longo do período analisado, recorreu ao empréstimo financeiro (LnEmprst), em média ao equivalente a 34% da receita total e 140% dos restos a pagar processados e não processados (Lnrpp e Lnrpn).

É possível que o impacto substancial nos restos a pagar seja consequência da obtenção de empréstimo, conforme afirmam Aquino e Azevedo (2017). Já em relação ao valor mínimo zero, constante na referida tabela, é reflexo dos municípios que não apresentam informações nas bases de dados do STN, IBGE e STE.

Tabela 7 - Estatística descritiva das variáveis de regressão tobit com 6001 observações: Equação 6

Variable	Mean	Std. Dev.	Min	Max
LnEmprst	3.783.907	3.485.297	0	1.075.416
AnoElei	.2941176	.4556831	0	1
LnInv	6.994.788	.784057	0	9.714.401
LnRecUni	7.664.874	.4416382	.327015	9.509.854
LnRecEst	7.245.637	1.700.395	0	9.988.602
Idhm	.6307885	.0837192	.33	.82
Idhme	.4897012	.110308	.137	.746
EleRee	.4747542	.4994039	0	1
Pgov	.1676387	.3735763	0	1
Pop	260962	722706.9	36223	1.21e+07

Fonte: Dados da pesquisa

Na Tabela 8, consta o resultado proveniente do modelo estimativo de regressão tobit, com erro padrão robusto, agrupado por municípios, representado na equação 6. Este modelo estimativo analisa o comportamento da variável empréstimo financeiro (LnEmprst) em período de eleição.

O modelo assume grau de segurança dos resultados em 99% de significância estatística, com 84% de explicação de comportamento das variáveis. Acerca dos resultados alicerçados neste modelo estimativo, a variável empréstimo financeiro (LnEmprst) sofre impacto positivo em período de eleição em média 68%. Esse resultado confirma a H_3 , ou seja, a obtenção de empréstimo financeiro aumenta substancialmente em período de eleição. Este resultado confirma os estudos de Aidt e Mooney (2014).

Tabela 8 - Estimação por efeito tobit com erro-padrão robustos com agrupamento por municípios

LnEmprst=a+b ₁ AnoElei+b ₂ LnInv+b ₃ LnRecEst+b ₄ ldhm+b ₅ EleRee+b ₆ Pgov+b ₇ Pop+(a ₁ a+ε) -> Equação 5						
Random-effects tobit regression				Number of obs = 6001		
Group variable: Munic				Number of groups = 353		
Random effects u _i ~ Gaussian				Obs per group: min = 16		
				avg = 17.0		
				max = 17		
Integration method: mvaghermite				Integration points = 12		
				Wald chi2(11) = 83.71380		
Log likelihood = 14959.567				Prob > chi2 = 0.0000		
LnEmprst	Coef.	Std. Err.	z	P> z	[95% Conf.	Interval]
AnoElei	.6816712	.0802492	8.49	0.000	.5243856	.8389568
LnInv	102.098	.0569398	17.93	0.000	.9093801	113.258
LnRecEst	.1807032	.0224449	8.05	0.000	.1367121	.2246943
ldhm	1.226.606	2.941.037	4.17	0.000	6.501.737	1.803.039
EleRee	.446883	.079055	5.65	0.000	.291938	.601828
Pgov	-.4259164	.1054925	-4.04	0.000	-.6326779	-.2191548
Pop	3.52e-07	7.97e-08	4.42	0.000	1.96e-07	5.09e-07
_cons	-1.135.692	1.237.374	-9.18	0.000	-1.378.213	-8.931.713
/sigma_u	1.387.181	.0672769	20.62	0.000	125.532	1.519.041
/sigma_e	2.794.163	.0263655	105.98	0.000	2.742.488	2.845.839
rho	.1977339	.0158661			.1681292	.2302869

Fonte: Dados da pesquisa

O estudo também identifica que o aumento em gastos com investimento (LnInv) e com receitas por transferências estaduais (LnRecEst), refletem positivamente na variável empréstimo financeiro (LnEmprst) em período de eleição. É possível que por falta de disponibilidade de caixa, comum na maioria dos municípios brasileiros (Aquino & Azevedo, 2017), os governos locais recorram a empréstimos financeiros para custear obras (serviços) em vésperas de eleição, com objetivo exclusivo de obtenção de votos, e que na maioria das vezes, essas obras são abandonadas quando os concorrentes ganham as eleições.

O impacto positivo ocorrido nas variáveis empréstimo (LnEmprst), investimento (LnInv) e restos a pagar (Lnrrp e Lnrrnp), constatado por meio dos resultados apresentados nas Tabelas 4, 6 e 8, por consequência dos modelos estimativos previstos nas equações (5) e (6), em período eleitoral, deixa evidente que os governos municipais não cumprem as normas legais referente ao uso de recursos orçamentários em período de eleição, proibição imputada pela Lei 11.300/2006.

Assim sendo, o estudo não confirma a H_{4t}, porque constata que os governos locais utilizam recursos orçamentários em período eleitoral, descumprindo as normas legais vigentes. Dessa forma, pode-se aferir que os governos municipais brasileiros não cumprem as normas legais referente ao uso de recursos orçamentários em período eleitoral.

Os resultados apresentados neste estudo, por meio de modelo estimativo de regressão tobit em painel de dados, são robustos e completos para alicerçar as hipóteses e objetivos propostos. Por meio das análises descritivas constantes nas Tabelas 3, 5 e 7, estima-se que os municípios são dependentes das receitas transferidas pela União e Estado, sob pena de colapso financeiro.

Talvez, essa dependência esteja atrelada ao modelo de arrecadação (centralização na União e no Estado) dos impostos federais e estaduais gerados nos municípios, tais como imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ) e imposto por circulação de mercadorias e serviços (ICMS).

Os três modelos estimativos utilizados para analisar as variáveis dependentes (i) despesas empenhadas (LnDemp), (ii) gastos com investimentos (LnInv), (iii) empréstimos financeiros (LnEmprst) e

(iv) cumprimento de normas legais, sugerem que: as despesas empenhadas não sofrem mudanças positivas em período de eleição. Já os gastos com investimento e obtenção de empréstimo financeiro são fortemente impactados em ano de eleição. Por fim, o cumprimento das normas legais vigentes (Lei n. 11.300, 2006), referente ao uso de recursos orçamentários em período eleitoral, não são cumpridas pelos governos municipais.

5 CONCLUSÃO

O estudo propôs investigar o comportamento das despesas empenhadas, dos gastos com investimento e obtenção de empréstimos financeiros, assim como o cumprimento legal disciplinado na Lei n. 11.300 (2006) correspondente ao uso de recursos orçamentários nos municípios brasileiros com mais de 50 mil habitantes referente ao período de cinco ciclos eleitorais (2000 a 2016).

Os resultados encontrados sugerem que: (i) as despesas empenhadas não apresentam alterações positivas em ano de eleição, até mesmo, em anos anteriores e posteriores a eleição. Inclusive, em cenário de igualdade partidária entre governos, e em eleições em dois turnos.

Esse resultado corrobora com Beender (2003), Mendes (2004), Sakurai e Menezes Filho (2008) e Sakurai (2009), e contrapõe as sugestões de Blais e Nadeau (1992), Galli e Rossi (2002), Aklmedov e Zhuravskaya (2004), Sjahrir et al. (2013), Queiroz (2013), Aidt e Mooney (2014), e Chortareas et al. (2016); (ii) os gastos com investimento apresentam mudanças positivas em média 9% em período de eleição nos governos municipais.

Este aumento, também é reflexo da igualdade partidária entre governos municipais e estaduais, bem como da transferência de receita da União. Estes resultados corroboram parcialmente com a menção de Cavalcante (2016), “ao sugerir que os governos municipais concentram mais gastos em obras públicas em período de eleição que em outros períodos”.

É possível que o aumento em gastos com investimento em período eleitoral influencie o eleitor na escolha do seu voto, conforme afirmam Downs (1957), Key Jr. (1966) e Nordhaus (1975); (iii) os empréstimos financeiros crescem em média 68% nos governos locais em período eleitoral, e os candidatos a reeleição tendem a recorrer a essa linha de crédito, principalmente, quando a receita por transferência e gastos com investimento sinalizam crescimento. Talvez, essas ações contribuam no crescimento dos déficits e na falta de disponibilidade de caixa nesses governos, conforme afirmam Aquino e Azevedo (2017).

Diante do exposto, o estudo conclui que os governos municipais com população superior a 50 mil habitantes, ao contrário de algumas pesquisas, não aumentam suas despesas empenhadas antes, durante ou depois de período eleitoral. E os gastos com investimento e obtenção de empréstimos financeiros sofrem mudanças positivas em ano de eleição, e com maior intensidade quando há igualdade partidária entre governos à reeleição.

Conclui-se também que as exigências legais constantes na Lei n. 11.300, (2006), no que tange o uso de recursos orçamentários em campanhas eleitorais, não são cumpridas. Este não cumprimento pode ser cobrado por meio de processos impetrados por ministérios públicos brasileiros, exigindo devolução de erário por parte de ex-prefeitos e outros gestores públicos.

Como limitação de pesquisa, a ausência de informações nos bancos de dados utilizados, bem como não abranger os municípios com população inferior a 50 mil habitantes. Já quanto a futuras pesquisas, recomenda-se aferir a eficiência dos modelos de estimação utilizados em estudos realizados, assim

como aplicar em municípios com população inferior a 50 mil habitantes e comparar com outros países. Outra possibilidade de pesquisa recomendada é investigar as consequências do não cumprimento às exigências legais quanto ao uso de recursos orçamentários em campanhas eleitorais.

REFERÊNCIAS

- Aidt, T.S., & Mooney, G. (2014). Voting suffrage and the political budget cycle: Evidence from the London Metropolitan Boroughs 1902–1937. *Journal of Public Economics*, 112. pp. 53-71, <https://doi.org/10.1016/j.jpubeco.2014.01.003>.
- Akhmedov, A., & Zhuravskaya, E. (2004). Opportunistic political cycles: test in a young democracy setting. *The Quarterly Journal of Economics*, 119. pp. 1301–1338, <https://doi.org/10.1162/0033553042476206>.
- Alesina, A., Roubini, N., & Cohen, G. D. (1997). *Political Cycles and the Macroeconomy*. The Mit Press.
- Amorim, O., Neto, & Simonassi, A. G. (2013). Bases políticas das transferências intergovernamentais no Brasil (1985-2004). *Revista de Economia Política*, 33(4): 704-725.
- Ansolabehere, S., Gerber, A., & Snyder, J. (2002). Equal votes, equal money: court-ordered redistricting and public expenditures in the American States. *American Political Science Review*, 96(4): 767-777.
- Aquino, A. C. B., & Azevedo, R. R. (2017). Restos a pagar e a perda da credibilidade orçamentária. *Revista de Administração Pública*, 51(4). pp. 580-595, <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612163584>.
- Arretche, M., & Rodden, J. (2004). Política distributiva na federação: estratégias eleitorais, barganhas legislativas e coalizões de governo. *Dados*, 47(47): 549-576
- Blaguer-Coll, M.T., Brun-Martos, M.I., Forte, A., & Tortosa-Ausina, E. (2015). Local governments' re-election and its determinants: New evidence based on a Bayesian approach. *European Journal of Political Economy*, 39. pp. 94-108, <https://doi.org/10.1016/j.ejpoleco.2015.04.004>.
- Barreto, A. A. B. (2009). Reeleição para executivo municipal no Brasil (2000-2008). *Revista Debates*. 3(2), pp.97-115.
- Blais, A., & Nadeau, R. (1992). The electoral budget cycles. *Public Choice*, 74. pp., 389-403, <https://doi.org/10.1007/BF00137686>.
- Brender, A., & Drazen, A. (2005). Political Budget Cycles in New Versus Established Democracies. *Journal of Monetary Economics*, 52. pp. 1271-1295, <https://doi.org/10.1016/j.jmoneco.2005.04.004>.
- Brender, A., & Drazen, A. (2008). How do budget deficits and economic growth affect reelection prospects? Evidence from a large panel of countries. *American Economic Review*, 98. pp. 2203–2220, doi: 10.1257 / aer.98.5.2203.
- Brender, A. (2003). The effect of fiscal performance on local government election results in Israel: 1989-1998. *Journal of Public Economics*, 87. pp. 2187–2205, [https://doi.org/10.1016/S0047-2727\(02\)00045-2](https://doi.org/10.1016/S0047-2727(02)00045-2).
- Cameron, A. C., & Trivedi, P. K. (2009). *Microeconometrics using stata*. Revised edition. College Station: Stata Press.
- Capovilla, R. A., Gonçalves, R. S., Dantas, J. A., & Oliveira, A. B. S. (2018). Modelo de maturidade de estruturas de controle interno em organizações governamentais. *Advances in Scientific and Applied Accounting – ASAA*, 11(2). pp. 267-289, DOI: <http://dx.doi.org/10.14392/asaa.2018110205>.
- Cavalcante, P. (2016). Desempenho fiscal e eleições no Brasil: uma análise comparada dos governos municipais. *Rev. Adm. Pública*. 50(2). pp. 307-330. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612146623>.

- Cheibub, J. A., Figueiredo, A., & Limongi, F. (2009). Political parties and governors as determinants of the behavior of Brazilian legislators. *Latin American Politics and Society*, 51(1): 1-30
- Chortareas, G., Logothetis, V., & Papandreou, A. A. (2016). Political Budget Cycles and Reelection Prospects in Greece's Municipalities. *European Journal of Political Economy*, 43. pp. 1-13, <https://doi.org/10.1016/j.ejpoleco.2016.02.001>.
- Conraria, L.A., Magalhães, P. C., & Soares, M. J. (2013). The nationalization of electoral cycles in the United States: a wavelet analysis. *Public Choice*, 156. pp. 387-408, <https://link.springer.com/article/10.1007/s11127-012-0052-8>.
- Corvalan, A., Cox, P., & Osorio, R. (2018). Indirect political budget cycles: Evidence from Chilean municipalities. *Journal of Development Economics*, 133. pp. 1-14, <https://doi.org/10.1016/j.jdeveco.2018.01.001>.
- Deda, C. C., Kauchakje, S. (2019). Determinantes das transferências fiscais para as unidades municipais: efeitos da representação desproporcional dos distritos eleitorais brasileiros. *Revista de Administração Pública*. 53(1): 150-172
- Downs, A. (1957). An economic theory of political action in a democracy. *Journal of Political Economy*, 65(2). pp. 135-150, <https://doi.org/10.1086/257897>.
- Drazen, A., & Eslava, M. (2010). Electoral manipulation via voter-friendly spending: Theory and evidence. *Journal of Development Economics*, 92. pp. 39-52.
- Ensslin, L., Ensslin, S. R., & Pacheco, G. C. (2012). Um estudo sobre segurança em estádios de futebol baseado na análise bibliométrica da literatura internacional. *Perspectivas em Ciência da Informação*. 17(2). pp. 71-91.
- Fernandes, E. S., & Bezerra Filho, J. E. (2016). Subsistema de informações de custos no setor público: proposta de um modelo de mensuração e acumulação com base no regime competência. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 9(2). pp.204-223.
- Galli, E., & Rossi, S. P. S. (2002). Political budget cycles: The case of the Western German Länder. *Public Choice*, 110. pp. 283-303.
- Garmann, S. (2017). Political budget cycles and divided government. Political budget cycles and divided government. *Regional Studies*, <http://dx.doi.org/10.1080/00343404.2017.1316839>.
- Goeminne, S., & Slmolders, C. (2014). Politics and Public Infrastructure Investments in Local Governments: Empirical Evidence from Flemish Municipalities (1996–2009). *Local Government Studies*, 40(2). pp. 182-202, <http://dx.doi.org/10.1080/03003930.2013.790813>
- Gregor, J. (2016). *Political Budget Cycles in the European Union*. 64(71), <http://dx.doi.org/10.11118/actaun201664020595>
- Guo, G. (2009). China's Local Political Budget Cycles. *American Journal of Political Science*, 53(3). pp. 621–632
- Hesketh, R. S., Touloupoulou, T., & Murray, R. M. (2001). Multilevel Modeling of Cognitive Function in Schizophrenic Patients and Their First Degree Relatives. *Multivariate Behavioral Research*, 36(2).
- Hoehle, D. (2007). Robust standard errors for panel regressions with cross-sectional dependence. *Stata Journal*. 7(3). pp. 281-312.
- IBGE (2015). *Projeção de população*. Recuperado de: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao.html>.
- Kalecki, M. (1942). Political Aspects of Full Employment. *Political Quarterly*. p.322-331
- Kauchakje, S. (2017). *Representação distrital e coalizões legislativas: o impacto da sobrerrepresentação nas votações no Congresso brasileiro* (Tese de Doutorado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP
- Key Jr., & Valdimer, O. (1966). *The responsible electorate: rationality in presidential voting, 1936-1960*. Cambridge, Mass: The Belknap Press of Harvard University Press.

Lee, Robert. D. Jr., Johnson, R. W., & Joyce, P. G. (2008). *Public budgeting systems*. 8. ed. Boston: Jones and Bartlett Publishers.

Lei Complementar nº 101 (2000). *Dispõe sobre normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm

Lei nº 11300. (2006). *Dispõe sobre propaganda, financiamento e prestação de contas das despesas com campanhas eleitorais, alterando a Lei n. 9.504, de 30 de setembro de 1997*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm

Macrae Jr, Duncan. (1977). Introducing Undergraduates to Public Policy Analysis by the Case Method. *Policy Studies Journal*, doi10.1111/j.1541-0072.1977.tb01332.x

Mendes, M. J. (2004). Federalismo fiscal e crescimento do governo: Evidências eleitorais para o Brasil. In *Anais do XXXII Encontro Nacional de Economia*, João Pessoa. ANPEC.

Nakaguma, M. Y., & Brender, A. (2010). Siegfried. Ciclos políticos e resultados eleitorais: um estudo sobre o comportamento do eleitor brasileiro. *Rev. Bras. Econ.* 64(1), <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71402010000100001>.

Nordhaus, W. (1975). The political business cycles. *Review of Economic Studies*, 42. pp. 169–190.

Pelagidis, T., & Mitsopoulos, M. (2009). Vikings in Greece: Kleptocratic interest groups in a closed, rent-seeking economy. *Cato Journal*, 29. pp. 399–416.

Peltzman, S. (1992). Voters as fiscal conservatives. *The Quarterly Journal of Economics*, 107. pp. 327–361, doi107. pp. 327–361. Doi: <https://doi.org/10.2307/2118475>.

Pierskalla, J. H., & Sacks, A. (2018). Unpaved road Ahead: The Consequences of Election Cycles for Capital Expenditures. *The Journal of Politics*, 80(2), <http://dx.doi.org/10.1086/694547>.

Queiroz, J. P. (2013). Despesas públicas e o período eleitoral: um estudo nos municípios do Rio Grande do Norte no período de 2005 a 2012. *Revista Ambiente e Contabilidade*, 336. pp. 1-57.

Sakurai, S., & Menezes Filho, N. A. (2011). Opportunistic and partisan election cycles in Brazil: new evidence at the municipal level. *Public Choice*, 148. pp. 233–247.

Sakurai, S. N., & Menezes Filho, N. A. (2008). Fiscal policy and reelection in Brazilian municipalities. *Public Choice*, 137. pp. 301–314.

Sakurai, S. N. (2009). Ciclos políticos nas funções orçamentárias dos municípios brasileiros: Uma análise para o período 1990-2005 via dados em painel. *Estudos Econômicos*, 39(1). pp. 39-58.

Samuels, D. J., & Snyder, R. (2004). *Legislative malapportionment in Latin America*. In E. L. Gibson (Ed.), *Federalism and democracy in Latin America* (pp. 131-172). Baltimore, MD: The Johns Hopkins University Press.

Shi, M. & Svensson, J. (2006). Political budget cycles: Do they differ across countries and why? *Journal of Public Economics*, 90. pp. 1367-1389, <https://doi.org/10.1016/j.jpubeco.2005.09.009>.

Silva, G. C., Alberton, L., & Ferreira, C. D. (2018). Performance indicators in the Municipal Public Management: The reality in Audits applied by the Municipal and State Court of Accounts. American Accounting Association, *Annual Meeting and Conference on Teaching and Learning in Accounting*, Washington, DC.

SJahrir, B. S., Kis-Katos, K., & Schulze, G. G. (2013). Political budget cycles in Indonesia at the district level. *Economics Letters*, 120. pp. 342–345, <https://doi.org/10.1016/j.econlet.2013.05.007>.

Tobin, J. (1958). Estimation of Relationships for Limited Dependent Variables. *The Econometric Society*, 26(1). pp. 24-36. doi10.2307/1907382. <http://www.jstor.org/stable/1907382>.

Tufte, E. (1978). *Political control of the Economy*. New Jersey: Princeton University.

Vasconcelos, R. D., Ferreira Jr, S., & Nogueira Jr, R. P. (2013). A dinâmica da execução orçamentária federal do Brasil sob a ótica dos ciclos políticos eleitorais, 1985-2010. *Economia Aplicada*, 17(3). pp. 325-354.

Vergne, C. (2009). Democracy, elections and allocation of public expenditures in developing countries. *Eur. J. Polit. Econ.* 25(1). pp. 63-77, <https://doi.org/10.1016/j.ejpoleco.2008.09.003>.